



Seminário Cenários e Desafios para a Economia Brasileira

Painel: Mercado de trabalho e conjuntura do consumo

O debate reuniu o pesquisador da FGV IBRE Fernando de Holanda Barbosa Filho e o economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Fábio Bentes.

A discussão tratou das transformações recentes do mercado de trabalho e do endividamento das famílias, temas especialmente relevantes para a indústria por influenciarem a disponibilidade e o custo da mão de obra, o poder de compra dos consumidores e, conseqüentemente, as decisões de produção, contratação e investimento do setor.

Barbosa Filho destacou que o mercado de trabalho segue aquecido, com baixo desemprego, elevado nível de ocupação e avanço da renda, mas ponderou que parte desse desempenho decorre de mudanças demográficas e educacionais e da queda da participação na força de trabalho. Segundo as estimativas apresentadas, sem essas transformações estruturais, a taxa de desemprego seria de 6,8%, ante os 5,6% observados no primeiro trimestre deste ano.

Ao analisar as propostas de redução da jornada, mostrou que a passagem de 44 para 40 horas semanais, combinada ao aumento do custo legal, poderia elevar em cerca de 20% o custo do trabalho por hora. Para o economista, mudanças desse tipo não geram novas vagas de forma automática: sem aumento da produtividade e expansão da economia, podem elevar a rotatividade, reduzir a competitividade das empresas e limitar os ganhos de remuneração. “No fim das contas, o que gera emprego e renda é o crescimento do nível de atividade”, observou.

Fábio Bentes analisou os fatores que hoje restringem o consumo das famílias, como juros elevados, dificuldade de acesso ao crédito, endividamento e avanço das apostas on-line. Para o economista, o elevado comprometimento da renda não afeta todos os segmentos da mesma forma. Em momentos de maior pressão financeira, as famílias tendem a preservar despesas essenciais, como alimentação e saúde, e a adiar a compra de bens menos essenciais ou de maior valor, como eletrodomésticos, vestuário e outros produtos duráveis. Para a indústria, esse comportamento pode se traduzir em queda mais intensa da demanda em determinados segmentos e maior cautela nas decisões de produção, contratação e investimento.

“Atualmente, cerca de 70% dos lares no Brasil têm algum tipo de dívida. Destes, 25% têm pagamentos em atraso e 10% já enfrentam dificuldades para quitar esses débitos”, explicou. Bentes destacou ainda que o avanço das bets não necessariamente aumenta o número total de famílias endividadas, mas agrava os casos mais severos: a cada crescimento de 10% nas apostas, a parcela de famílias que não consegue pagar suas dívidas aumenta 0,122 ponto percentual, enquanto o tempo médio de endividamento avança 0,456 dia. Esse efeito é particularmente preocupante entre as famílias de menor renda, que destinam uma parcela maior de seus recursos ao consumo e possuem menor margem para absorver perdas financeiras.

Painel: Contexto Macroeconômico Internacional e Panorama Fiscal

O debate reuniu Lívio Ribeiro, pesquisador da FGV IBRE e sócio da consultoria BRCG, e Fabio Giambiagi, economista, especialista em finanças públicas e economista do BNDES.

Nesse painel, foram discutidos o cenário internacional e seus reflexos sobre a economia brasileira, além da situação fiscal do país e dos caminhos para o reequilíbrio das contas públicas. Esses temas são especialmente relevantes para a indústria, pois influenciam o câmbio, os juros, o acesso ao crédito, a confiança dos agentes e, conseqüentemente, a competitividade, a produção e as decisões de investimento do setor.

Lívio Ribeiro abriu a apresentação com a ideia de que “ninguém é uma ilha” para mostrar como os choques internacionais alcançam rapidamente a economia brasileira. O economista destacou que as tensões geopolíticas, as barreiras comerciais e a pressão sobre os preços de energia e de outras commodities mantêm a inflação global elevada e tornam mais incerta a condução da política monetária nos Estados Unidos e na Europa. A desaceleração da China acrescenta outro fator de risco, especialmente para o Brasil, devido ao peso do país asiático na demanda por commodities e nas exportações nacionais.

Para a indústria, esse ambiente se traduz em maior volatilidade cambial, encarecimento de insumos, pressão sobre custos de produção e condições financeiras mais restritivas. Embora a valorização das commodities possa ajudar a sustentar o real e as exportações, Ribeiro advertiu que o câmbio, sozinho, não é suficiente para compensar os impactos sobre as cadeias produtivas.

No cenário doméstico, esses riscos se somam às incertezas fiscais e ao ciclo eleitoral, mantendo a economia acima de seu potencial mesmo com a Selic em 14% ao ano. A perspectiva apresentada é de uma desaceleração gradual até 2028, mas com inflação ainda resistente e possibilidade de os juros permanecerem elevados — ou voltarem a subir — por mais tempo. “Projetamos um pouso relativamente suave até 2028, mas que não virá sem ranger de dentes”, resumiu.

Fábio Giambiagi concentrou sua exposição no desafio fiscal brasileiro, partindo de um diagnóstico das contas públicas e da desconstrução de alguns dos principais mitos que cercam o tema. A partir desse quadro, apresentou as condições necessárias para que um processo de ajuste seja economicamente consistente e politicamente viável, além de propostas para 2027. “O presidente que quiser colocar as contas públicas no caminho certo precisa ter persistência, resiliência e capacidade de persuasão para convencer a sociedade da necessidade de reformas estruturais”, afirmou.

Giambiagi ressaltou ainda que reformas mais profundas tendem a ter maior viabilidade no início de um novo mandato, quando há mais capital político e maior distância do calendário eleitoral. Entre os desafios de longo prazo, destacou o crescimento mais acelerado da população aposentada em relação à população que financia o sistema. Nesse contexto, avaliou que a vinculação dos benefícios previdenciários ao salário-mínimo tende a ampliar continuamente as despesas e se tornar insustentável, defendendo mudanças que permitam diferenciar a política de reajuste das aposentadorias da evolução do piso salarial do mercado de trabalho. Para a indústria, o avanço dessa agenda é decisivo para reduzir as incertezas, melhorar as expectativas e criar condições mais favoráveis aos investimentos e ao crescimento econômico.